

INSTITUTO TELEMAR

CNPJ: 04.256.109/0001-45



Desde 2001, a Oi reforça seu posicionamento com a sociedade brasileira por meio do Oi Futuro, seu instituto de inovação e criatividade que atua com projetos de responsabilidade social e está constituído como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. A Oi, através do Oi Futuro, investe no potencial inovador e criativo dos indivíduos e das redes para a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva. Com atuação em todas as regiões do país, o Oi Futuro desenvolve projetos e programas nas áreas de Cultura, Educação, Inovação Social e Esporte.

MAIS DO QUE AUDIÊNCIA. REDES E IMPACTO



Na área de Cultura, o Oi Futuro promove a convergência entre arte, ciência e tecnologia. No último ano, o Instituto lançou quatro editais públicos para artistas, produtores culturais e empreendedores, que receberam cerca de 2,5 mil inscrições de todo o Brasil. Na 16ª edição do seu principal edital, o Programa Oi de Patrocínios Culturais Incentivados, foram selecionados 48 projetos em 8 estados. Para alcançar novos públicos, o Oi Futuro mantém, pelo segundo ano consecutivo, a parceria com o British Council para editais de apoio e intercâmbio artístico no país. O Programa Pontes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

viabilizou a residência de artistas britânicos em 7 festivais nacionais de norte a sul do país, e o Programa Arte Sônica Ampliada (ASA), capacita nova turma de mulheres da periferia do Rio de Janeiro que atuam profissionalmente no mercado da música e do som. O LabSônica, laboratório de experimentação artística e sonora para formação e criação colaborativa, impactou mais de 7 mil pessoas ao longo do ano por meio de residências artísticas, gravações inéditas e cursos sobre música e negócios. O Centro Cultural Oi Futuro, que abriga galerias de arte, um teatro e um museu, recebeu aproximadamente 35 mil visitantes em 2019. Ao longo do ano, o Museu das Telecomunicações foi fechado ao público pela primeira vez desde seu lançamento em 2007 para obras de modernização. Realizado de Museum - Museu das Comunicações e Humanidades, o espaço prevê novas atrações aos visitantes, que incluem experiências imersivas e interativas. Em 2019, em paralelo ao projeto de modernização, o Oi Futuro desenvolveu a pesquisa de tendências "Narrativas para o futuro dos Museus", assinada com a Consumeteca, e o edital "Hipermuseus", que capacita profissionais de museologia e cultura numa imersão de seis meses para buscar novas estratégias de inovação para os espaços culturais. Os resultados da pesquisa e o edital estão disponíveis gratuitamente para download em formato e-book no site do Oi Futuro. Além disso, a programação do Centro Cultural Oi Futuro foi mais uma vez reconhecida pelo público, pela imprensa e pela crítica. Sete espetáculos teatrais que passaram pelos palcos do Oi Futuro receberam, ao todo, 52 indicações e 3 prêmios: "Eu, Moby Dick" (melhor companhia do Prêmio Ceagranio) e "O Príncipe Poeta e a Flor da Cor do Coração" (melhor texto e ator do Prêmio Botequim Cultural). Também foram indicados para prêmios a exposição "Pálavra Movimento" e o projeto ASA. Na área de Educação, o Oi Futuro investe no Núcleo Avançado em Educação (NAVE), parceria público-privada desenvolvida, desde 2006, com as Secretarias de Estado de Educação do Rio de Janeiro e Pernambuco em duas escolas de Ensino Médio Integrado ao Profissional. O programa oferece cursos técnicos de Programação e Multimídia, com foco na preparação de jovens para as economias digital e criativa e formando cidadãos críticos e transformadores, que podem exercer plenamente a sua cidadania. Até 2019, o NAVE já formou aproximadamente 2,8 mil estudantes e, atualmente, envolve mais de 10 mil alunos e 70 educadores nas duas escolas. Para ampliar seu alcance, o programa lançou a segunda edição do "e-NAVE - Guia de Práticas Pedagógicas Inovadoras", publicação digital

gratuita que reúne práticas pedagógicas inovadoras criadas no programa e acessíveis para outras escolas das redes pública e privada. Além da publicação, o NAVE disseminou metodologias inovadoras para cerca de 1.000 educadores multiplicadores das redes públicas de 53 municípios do Rio de Janeiro e Pernambuco por meio de cursos presenciais e semipresenciais de robótica educacional, mídiaeducação e uso pedagógico de tecnologias. Para contribuir com a política pública de Ensino Médio em escala nacional, o Oi Futuro aderiu à "Frente Curriculo e Ensino Médio", liderada pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e apoiada por dez institutos e fundações privadas. O objetivo do projeto é oferecer apoio técnico para as 27 redes estaduais de educação do país na implementação de novos currículos alinhados à Base Nacional Curricular Comum do Ensino Médio. Neste último ano, o NAVE foi selecionado como estudo de caso pelo SXSX Edu, um dos maiores festivais de inovação do mundo, que ocorre em toda primavera em Austin, no estado do Texas, nos Estados Unidos. Na área de Inovação Social, o Oi Futuro fortaleceu o Labora, seu laboratório de Inovação Social, como um espaço de conexão e apoio de empreendedores, negócios e organizações comprometidos com o impacto social. No ano, o Instituto concluiu dois ciclos de aceleração de startups e organizações de impacto social, em parceria técnica com a StartUp Farm e o Instituto Ekhoos. No total, foram 24 negócios e organizações acelerados, envolvendo diretamente 135 empreendedores. No terceiro trimestre, o Labora iniciou um novo ciclo de aceleração com o Instituto Ekhoos para mais 20 organizações e negócios sociais, impactando 100 empreendedores, além de anunciar parceria com o Sebrae RJ para desenvolvimento de edital voltado a negócios sociais com perfil tecnológico. O Labora realizou 43 eventos e workshops que movimentaram 2,7 mil pessoas da rede de inovação social no estado do Rio.

Complementando sua contribuição social, a Oi e o Oi Futuro apoiaram projetos de inclusão social pelo Esporte e, também, os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente nas esferas nacional, estaduais e municipais, por meio do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA). Com essa atuação, a Oi e o Oi Futuro contribuem para o fortalecimento das políticas públicas de garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes de todo o país. Em 2019, dez iniciativas foram

apoiadas, com destaque para o projeto "Promoção da educação e cidadania por meio do surf" realizado pelo Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento do Surf (CADES), no Rio de Janeiro. **Visão Geral**

Em 2019, a Oi, por intermédio do Oi Futuro, realizou investimentos sociais voluntários (exceto projetos incentivados) no montante de R\$ 15.999.374 considerando os Programas de Educação, de Cultura e de Inovação Social, complementados com dispêndios de custeio no valor de R\$ 4.915.476 com despesas gerais e administrativas (vide notas explicativas nº 17 e 18 - Projetos e Despesas gerais e administrativas).

Colaboradores
O Oi Futuro trabalha com uma equipe de 45 colaboradores e 5 estagiários. Do total de colaboradores 60% são do sexo feminino e 40% do sexo masculino, sendo que 62% dos cargos executivos são integrados por mulheres. A média dos colaboradores é de 39 anos, com tempo médio de empresa de 4 anos e 9 meses. O site do Oi Futuro (<http://www.oifuturo.org.br>) traz mais informações sobre os projetos e programas.



Núcleo Avançado em Educação - Nave - RJ

Ativo	Nota explicativa	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3 e 4	31.267.964	31.824.985
Contas a receber	5	1.538.868	7.035
Adiantamentos a terceiros	6	350.526	54.187
Créditos de funcionários		76.438	79.624
Tributos a recuperar		383	-
Despesas antecipadas	7	79.885	173.765
		33.313.964	32.139.506
Não circulante			
Despesas antecipadas	7	3.756	8.346
Imobilizado	8	9.704.088	9.453.177
Intangível	9	1.020.844	246.354
		10.728.688	9.707.877
Total do ativo		44.042.652	41.847.383

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2019	2018
Circulante			
Fornecedores de bens e serviços	10	159.915	522.323
Obrigações trabalhistas e sociais	11	912.620	795.600
Obrigações fiscais e tributárias	12	101.818	109.330
Recursos de projetos em execução	13	1.187.338	4.887.307
		2.361.691	6.314.560
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	14	41.680.961	35.532.823
		41.680.961	35.532.823
Total do passivo e do patrimônio líquido		44.042.652	41.847.383

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

2.5.6. Imobilizado
Reconhecimento e mensuração
Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais, da mão de obra e de quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação
A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8.

2.5.7. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A Administração não identifica qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2019.

2.5.8. Benefícios fiscais e obrigações tributárias
A Entidade, por sua finalidade e objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor, usufrui da isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras que, de acordo com a norma tributária, é retido na fonte. O Programa de Integração Social e de Formação do Servidor Público (PIS/PASEP) é calculado na base de 1% da folha de pagamento.

Caixa e equivalentes de caixa	2019	2018
Caixa	1.524	1.549
Bancos conta movimento - recursos sem restrição	190.419	294.171
Aplicações de liquidez imediata - recursos sem restrição (i)	29.823.839	26.458.511
	30.015.682	28.754.231

(i) A fim de remunerar sua disponibilidade, a Entidade busca alavancar recursos em produtos bancários de aplicação financeira de baixo risco e com liquidez imediata, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento significativo de sua rentabilidade. As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) no Banco do Brasil S/A e Cotas do Fundo de Investimento Multimercado Paraty administrado pela Sul América Investimentos DTVM S/A com garantia limitada a R\$ 25 mil do FGC - Fundo Garantidor de Créditos e são prontamente convertíveis em montante contêido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

8. Imobilizado	Taxa de depreciação	Valor líquido em 2018	Em 31 de dezembro de 2019				Valor líquido em 2019
			Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
Edificações	4%	470.084	-	-	-	(31.423)	438.661
Máquinas e equipamentos	10%	7.186.744	625.328	(2.946)	-	(880.583)	6.928.543
Computadores e periféricos	20%	177.294	494.347	(115)	-	(144.301)	522.225
Móveis e utensílios	10%	595.416	-	(22.229)	-	(129.682)	679.150
Obras em andamento (i)	-	-	149.751	-	(149.751)	-	-
Benefitárias em imóveis de terceiros (ii)	-	1.023.639	-	-	149.751	(42.881)	1.130.509
		9.453.177	1.505.071	(25.290)	-	(1.228.870)	9.704.088

Taxa de depreciação	Valor líquido em 2017	Em 31 de dezembro de 2018				Valor líquido em 2018
		Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
4%	501.507	-	-	-	(31.423)	470.084
10%	1.136.768	384.002	-	-	(426.803)	7.186.744
20%	213.895	88.246	-	-	(124.847)	177.294
10%	482.804	254.905	-	-	(142.293)	595.416
-	-	879.157	-	(709.556)	-	-
-	-	33.379	-	1.000.779	(10.519)	1.023.639
		8.549.373	1.639.689	-	(735.885)	9.453.177

(i) Em 2019, houve a reclassificação de R\$ 149.751 do saldo da linha "Obras em andamento" em função do encerramento do projeto: Instalações Refeitório Escola NAVE RJ. O referido montante foi reclassificado para o grupo "Benefitárias em imóveis de terceiros".
(ii) Em 2018, efetuamos encerramento dos Projetos: Sistema de Refrigeração e Modernização do Museu - Museu das Comunicações e Humanidades, de Equipamentos para Tratamento de Subestação e do gerador do prédio B3 e Obras de Modernização do 5º pavimento para operacionalização do Projeto "LABS" - LabSônica, laboratório de experimentação artística, sonora e musical e Ahead Labora, aceleração de projetos, organizações e negócios sociais.

9. Intangível
Prestadores de serviços a pagar (i) 60.520 409.687
Provisão de férias e encargos 99.395 112.636
Outras contas a pagar 159.915 522.323

(i) Em 2019, foram reconhecidas e liquidadas as obrigações com os fornecedores dentro do exercício corrente, garantindo assim, uma execução orçamentária mais adequada.

11. Obrigações trabalhistas e sociais
Salários e ordenados a pagar 7.063 7.063
Provisão de férias e encargos 655.615 549.234
FGTS a pagar 38.586 35.773
Previdência social a pagar/coletar 209.689 199.038
PIS a pagar 1.647 4.472

12. Obrigações fiscais e tributárias
IRPF a recolher (assalariados) 79.780 68.379
IRRF P J a recolher 2.289 4.128
Contribuições sociais a recolher 8.610 21.605
ISSF a recolher 7.195 3.891
ISSQN a pagar - 4.273
Outras obrigações fiscais e tributárias 3.844 6.454

13. Recursos de projetos em execução
Refere-se ao saldo apurado nos referidos exercícios de projeto incentivado, cuja aplicação ocorrerá no exercício seguinte e cujos recursos foram recebidos da Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. - Em Recuperação Judicial, Copart 5 Participações S/A - Em Recuperação Judicial, Copart 4 Participações S/A - Em Recuperação Judicial, Oi Internet S/A e Oi Móvel S/A - Em Recuperação Judicial no âmbito da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet, dentro do Programa Nacional de Apoio à Cultura do Ministério da Cultura.

	2019	2018
Projeto Incentivado Museum - Museu das Comunicações e Humanidades, modernização, treinamento e equipamentos para tratamento de ar e projeto especial de democratização de acesso	1.187.338	4.887.307
Pronac 1510718, 163234, 177145, 177220 e 183431	1.187.338	4.887.307

Demonstrações do resultado/exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

Receitas operacionais	Nota explicativa	2019	2018
Com restrição			
Recursos de leis de incentivo à cultura	15.1	4.796.823	1.749.445
		4.796.823	1.749.445
Sem restrição			
Receita de doações e contribuições de associados	15.2	21.218.232	18.170.208
Outras receitas de doações e contribuições	15.3	390.420	250.000
Receitas de atividades culturais	15.4	120.364	89.700
Receitas internacionais	-	9.290	-
Receitas financeiras	16	1.255.433	1.266.205
		22.993.739	19.776.113
Custos dos serviços sociais e culturais prestados	17	(15.399.374)	(13.601.149)
Resultado bruto		12.391.188	7.924.409
Despesas/(Receitas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(4.915.476)	(5.361.650)
Despesas tributárias	19	(61.639)	(25.390)
Depreciações e amortizações	8 e 9	(1.300.421)	(761.968)
Despesas financeiras	20	(15.079)	(9.713)
Outras receitas (despesas)	21	37.556	23.092
Superávit líquido do exercício		6.116.129	1.789.665

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	2019	2018
Banco do Brasil S/A	29.823.839	6.705.530
Sul América Investimentos DTVM S/A	19.752.981	19.752.981
	29.823.839	26.458.511

4. Recursos vinculados a projetos
Bancos conta movimento - recursos com restrição (i) 501.420 313.145
Aplicações de liquidez imediata - recursos com restrição (ii) 750.762 4.757.609

(i) Referem-se a recursos depositados em conta bancária específica com restrição de movimentação decorrente de projetos em execução, atrelados à Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet.

	2019	2018
Banco do Brasil S/A	501.420	313.145
(ii) Referem-se a aplicações financeiras decorrentes das disponibilidades dos recursos mencionados em (i).	750.762	4.757.609

5. Contas a receber
Bilheteria atividades culturais 15.532 5.937
Doações/Arrendamentos espaços culturais 1.181 1.098

	2019	2018
Adições e contruições de associados (i)	1.522.155	-
	1.536.868	7.035

(i) Referem-se ao provisionamento do valor de Doação classificado de acordo com o Regime de Competência e sua liquidação em janeiro de 2020.

	2019	2018
Adiantamento Facebook (i)	350.526	-
Outros adiantamentos (ii)	-	54.187
	350.526	54.187

(i) Refere-se a antecipação de mídia online com o fornecedor Facebook para garantir a continuidade e a consistência da implementação da estratégia de comunicação digital do Instituto. Através do Facebook conseguimos planejar o impulsionamento e a segmentação de todos os conteúdos, inclusive na campanha digital para lançamento do Museum - Museu das Comunicações e Humanidades;

(ii) Refere-se a um adiantamento de R\$ 52.000 para o fornecedor Dindin Reinvestimentos por conta da obra na fachada do Centro Cultural e R\$ 2.187 para o fornecedor Dindin Reinvestimentos em 2018.

	2019	2018
Assinatura de boletins/jornais/revistas	822	2.081
Prêmios de seguros a apropriar	23.358	34.782
Software a apropriar (i)	15.008	107.179
Outras despesas a apropriar	44.453	43.431
	83.641	182.021

Circulante 79.885 173.675
Não circulante 3.756 8.346

(i) Refere-se à renovação e aquisição de licenças de softwares (Antivirus - Symantec Endpoint Protection, Think-cell Targetware, Pro Tools Ultimate, e Adobe Creative Cloud), com prazo determinado, para os projetos da área de Educação, Orçamento e Comunicação, TI e Comunicação. Os softwares são amortizados de acordo com o seu tempo de licença em uso.

	2019	2018
Impostos, taxas e contribuições federais	(897)	-
Impostos, taxas e contribuições estaduais	(520)	(629)
Impostos, taxas e contribuições municipais	(80.222)	(24.761)
	(81.639)	(25.390)

20. Despesas financeiras
Comissões e despesas bancárias 7.936 (7.267)
Juros e multas de mora (7.143) (2.446)
Outras despesas (15,079) (9,713)

21. Outras receitas (despesas)
Recuperação de despesas - 27.754
Outras receitas 79.812 6.087
Perdas na alienação/baixas do ativo imobilizado (25,291)
Outras despesas (16,965) (10,749)

22. Provisão para contingências
A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. A Entidade deixou de constituir provisão para eventual perda em ações de natureza trabalhista e cível de que é parte, uma vez que eventuais passivos dessas decorrentes deverão ser suportados pelos seus associados mantenedores.

23. Instrumentos financeiros - gerenciamento de riscos
As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da Entidade, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, contas a receber e conta a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. Durante os exercícios de 2019 e 2018, a Entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;
Risco de liquidez;
Risco de mercado.
As informações abaixo apresentam resumo sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital.

23.1. Estrutura do gerenciamento de risco
A Entidade avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

23.2. Risco de crédito
Risco de crédito é o risco de déficit financeiro da Entidade caso uma contr

continuação



INSTITUTO TELEMAR

CNPJ: 04.256.109/0001-45

administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. A tabela a seguir apresenta os saldos dos ativos e passivos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial da Entidade:

	2019	2018
Ativos mensurados pelo valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	30.015.682	26.754.231
Ativos mensurados pelo custo amortizado		
Contas a receber (nota 5)	1.538.868	7.035
Adiantamentos a terceiros (nota 6)	350.526	54.187
Créditos de funcionários	76.438	79.624
	31.981.514	26.895.077
	2019	2018
Passivos mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores de bens e serviços (nota 10)	159.915	522.323
Obrigações trabalhistas e sociais (nota 11)	912.620	795.600
Obrigações fiscais e tributárias (nota 12)	101.818	109.330
	1.174.353	1.427.253

23.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de primeira linha.

24. Remuneração dos Administradores

O estatuto social da Entidade possui previsão de remuneração dos membros do Conselho Gestor e da Diretoria Executiva, respeitados, os valores praticados pelo mercado.

25. Cobertura de seguros (não auditado)

A Entidade possui cobertura de seguros sobre os bens do ativo imobilizado, considerados pelos seus gestores, em montante suficiente para cobrir eventuais sinistros:

DIRETORIA EXECUTIVA		CONTADOR	
Suzana Gomes Santos Diretora Presidente - CPF: 011.068.167-30	Sara Crosman Diretora Executiva - CPF: 983.705.457-34	Rui de Sá Rodrigues Contador CRC/RJ 075.440/O-8 - CPF: 601.955.417-15	
PARECER DO CONSELHO FISCAL			

Aos Srs. Membros da Assembleia Geral:

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do INSTITUTO TELEMAR e de acordo com as disposições legais e estatutárias vigentes, examinamos o Relatório Anual e as Demonstrações Contábeis apresentados pela Diretoria referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Com base nas análises efetuadas e no Parecer dos Auditores Independentes, somos de opinião que os referidos documentos merecem a aprovação dos senhores membros da Assembleia Geral.

Rio de Janeiro, 06 de Março de 2020.

Thalles E. S. da Paixão
Conselheiro

Marcelo Augusto S. Ferreira
Conselheiro

David Tavares N. Nunes
Conselheiro

Cobertura básica		Limite de indenização
Incêndio, queda de raio, explosão, imprecisão (Garantia Básica) e queda de Aeronave e quaisquer outros		500.000
Engenhos Aéreos		13.200.000

Coberturas adicionais		Limite de indenização
Tumultos, greves, lock-outs		500.000
Danos elétricos		500.000
Roubo e/ou furto qualificado de bens		500.000
Equipamentos eletrônicos sem roubo		1.000.000
Recomposição de registros e documentos		500.000
Atalagem e/ou inundações		1.500.000

26. Quocientes patrimoniais		2019	2018
Liquidez imediata			
Disponibilidades	31.267.864	13,24	5,04
Passivo circulante	2.361.691		
Liquidez corrente			
Ativo circulante	33.313.963	14,11	5,09
Passivo circulante	2.361.691		
Liquidez geral			
Ativo circulante + não circulante	44.042.652	18,65	6,63
Passivo circulante + não circulante	2.361.691		
Imobilização corrente do capital próprio			
Imobilizado	9.704.088	0,23	0,27
Patrimônio social	41.680.961		
Imobilização do capital de giro			
Imobilizado	9.704.088	0,22	0,23
Patrimônio social + passivo circulante	44.042.652		

As premissas de risco adotadas, dada suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores do Instituto.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do Instituto Telemar Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Telemar ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Telemar em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional da Sócia mantenedora Oi Móvel S/A (Em Recuperação Judicial)

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis que descreve que em 20 de junho de 2016 a Oi S/A – Em Recuperação Judicial e determinadas controladas diretas e indiretas ingressaram no processo de Recuperação Judicial. Em 05 de setembro de 2016 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Plano de Recuperação Judicial ("Plano"), cujo processo de aprovação pela Assembleia Geral de Credores ("AGC") foi aprovado em 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo juízo da Recuperação Judicial em 08 de janeiro de 2018. A Oi Móvel S/A – Em Recuperação Judicial é atual Sócia Mantenedora do Instituto Telemar, que faz parte do Grupo Econômico da Oi S/A – Em Recuperação Judicial.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019 foram preparadas sob o pressuposto da continuidade normal dos negócios e do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial de sua Sócia Mantenedora e não incorporaram quaisquer ajustes contábeis que seriam necessários na hipótese de uma descontinuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Responsabilidade da Administração pela auditoria das demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a

Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F
Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 0781570-2

TEMPO INDETERMINADO

Montadoras fecham fábricas e colocam cerca de 50 mil trabalhadores de férias

A General Motors suspendeu o investimento de R\$ 10 bilhões previstos de 2020 a 2024. Segundo a empresa, é preciso reservar caixa para o momento de crise atual provocada pelo coronavírus

Fabricantes de veículos já anunciam que vão fechar as fábricas no fim do mês e não sabem exatamente quando vão retomar as atividades, pois isso vai depender da situação do País em relação à epidemia do novo coronavírus e da demanda do mercado. As três montadoras que já confirmaram férias coletivas empregam, juntas, quase 50 mil funcionários.

Além de paralisar a produção das suas cinco fábricas brasileiras (em São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) por tempo indeterminado, a General Motors suspendeu o investimento de R\$ 10 bilhões previstos para o período de 2020 a 2024. Segundo a empresa, é preciso reservar caixa para o momento de

crise atual provocada pela disseminação da covid-19.

A filial da GM na Argentina também será fechada. Junto com as unidades do Brasil, onde as férias coletivas começarão no dia 30, elas empregam cerca de 19 mil trabalhadores. A empresa alega que a paralisação vai ocorrer por causa da demanda do mercado, mas o Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, onde está a fábrica mais antiga do grupo, diz que o principal motivo é o coronavírus.

A Mercedes-Benz também vai suspender as operações das fábricas de São Paulo e Minas Gerais e do centro de distribuição e logística em Campinas (SP). A parada está inicialmente prevista entre os dias 25 de março e 20 de abril e envolve

cerca de 10 mil pessoas.

A empresa alega necessidade de prevenção ao coronavírus e diz que o retorno ao trabalho vai depender da situação do País. Na segunda-feira, a Volkswagen também anunciou intenção de paralisar as operações de suas quatro fábricas em São Paulo e no Paraná, a partir do dia 31, mas inicialmente por apenas dez dias. A marca alemã emprega cerca de 15 mil pessoas no Brasil.

Nos próximos dias, outras montadoras devem anunciar paradas. Já o Grupo Caa Chery encerrou a produção de motores e demitiu 59 empregados da unidade de Jacareí (SP), número que equivale a 10% da mão de obra local.

Segundo o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de

São José dos Campos, Guirá Borba, a empresa alega redução da produção, de 65 carros ao dia para 40. "Em um momento como esse, de proliferação do coronavírus, não há justificativa. A empresa tem de proteger os trabalhadores que, sem emprego, perdem o convênio médico", critica o sindicalista. A empresa não comentou assunto.

O investimento de R\$ 10 bilhões que a GM congelou foi resultado de uma longa negociação feita no ano passado com funcionários, concessionários, fornecedores e revendedores após o presidente da empresa na América do Sul, Carlos Zarlenga, afirmar que o grupo poderia fechar fábricas se não conseguisse reduzir custos e voltar à lucratividade.

O episódio levou o governo de São Paulo a criar um programa que reduz impostos justamente para empresas que realizarem investimentos no Estado.

Segundo a GM, o investimento seria destinado principalmente a novos produtos e modernização das fábricas e será reavaliado, mas sem prazo definido.

O anúncio ocorreu no mesmo dia em que a empresa lançou oficialmente o Tracker, primeiro SUV da marca produzido no País e que já está à venda por preços que vão de R\$ 82 mil a R\$ 112 mil. Na apresentação do modelo, feita via streaming para evitar aglomeração de convidados (imprensa, concessionários e trabalhadores), Zarlenga disse que quer levar o modelo ao topo

de vendas do segmento de SUVs de pequeno porte.

Embora a empresa justifique as férias como sendo adaptação à demanda do mercado, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, Aparecido Inácio da Silva, acredita que a paralisação das fábricas tem a ver com o caos provocado pela disseminação do coronavírus em todo o País.

Segundo ele, os funcionários da fábrica do ABC paulista, por exemplo, terão de fazer horas extras nos próximos dois sábados para produzir o Tracker. Silva informa ainda que, para os trabalhadores, a informação dada pela empresa é de que a parada deve ocorrer até 12 de abril, "mas a medida pode ser revogada ou prorrogada" de acordo com a situação.

Os aplicativos para professores e a "uberização" do trabalho



BIANCA CANZI

tação e ao consumo de modo geral. Tal avanço tecnológico tem sido apoiado por muitos, ao facilitar o dia a dia e reduzir preços de diversos serviços e produtos. Por outro lado, também é criticado ao propiciar a redução de direitos trabalhistas e a exploração dos trabalhadores.

Tal inovação tecnológica passa agora a afetar os docentes com a plataforma de cadastramento de professores denominada "Prof-e", que permite que, na falta de um professor em escolas públicas ou privadas, seja possível realizar a substituição por um de seus professores cadastrados.

Esta modalidade oferece um serviço similar ao aplicativo de transportes Uber, de forma que o próprio gestor do aplicativo diz que o ser-

viço é como "uma espécie de Uber Educacional" em que docentes aprovados no processo seletivo da plataforma terão a garantia de receber pelas aulas que ministrarem, seja presencial ou à distância.

A "Prof-e" é uma startup educacional que promete suprir o maior problema nas escolas, que é a falta de professores e as conhecidas "aulas vagas". No entanto, ainda que possua um lado positivo, como a tentativa de acabar com as aulas vagas, a nova modalidade pode gerar irregularidades no exercício da profissão do docente, como ao não respeitar o piso salarial e a manutenção dos direitos trabalhistas. Muitos profissionais já têm reclamando do aplicativo, com o receio da profissão perder seu

valor, assim como ocorreu com os taxistas após a chegada da Uber.

Ainda juridicamente, a plataforma vai contra a lei que regulamenta a Administração Pública, que determina que o ingresso para trabalhar na rede pública é somente por meio do concurso público ou, para prestação de serviços, por meio de licitação. Diante disso, caso esta modalidade continue a ocorrer, deve resultar em insegurança jurídica.

Quando à utilização da plataforma no setor privado, seu impacto também é preocupante, visto que pais e alunos contam com a rede particular de ensino não apenas pela sua estrutura, mas principalmente pela qualidade de seu corpo docente, de modo man-

tém uma relação contratual de responsabilidade e idoneidade com a instituição de ensino escolhida. É evidente que o modelo colocará a qualidade de ensino em dúvida já que, para preencher as aulas vagas, a escola não terá tempo de fazer entrevistas e uma análise curricular dos professores, para assim escolher o que melhor se enquadra, de modo em que, muitas vezes, deverá existir uma quebra na expectativa com a queda na qualidade do ensino.

Uma última questão, e não menos importante e que gera conflito ao debater o tema, é a relação entre o professor do aplicativo e a instituição de ensino, já que a utilização da plataforma não gera vínculo de emprego ao docente, que não estará

amparado pelos direitos previstos como empregado. A consequência será o surgimento de muitas discussões sobre o assunto, a exemplo de como já ocorre em relação a motoristas e entregadores de aplicativos, visto que ao mesmo tempo em que docentes possuem obrigações a cumprir, não possuem a "não eventualidade" para caracterização do vínculo trabalhista, conforme é determinado pela legislação.

Entende-se, portanto, que a ideia de repor aulas vagas seria, em tese, interessante. Contudo, existem muitos percalços legais e, em um país onde a qualidade de ensino já é considerada baixa, não parece esta ser a melhor modalidade para tratar o tema.